



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

RESUMO: Comparecimento. **EXPEDIENTE:** Aprovação da Ata da 90ª Sessão Ordinária – 14ª Legislatura. Leitura das Correspondências. Leitura do Projeto de Lei Legislativo Nº 201 e 202/2019. Única votação do encaminhamento das Indicações de nº 3.581 a 3.638/2019. Leitura, única discussão e votação da solicitação de prorrogação de prazo para resposta ao Requerimento nº 1.925/2019, de autoria do vereador Edimar do Rosário, enviada através do Ofício nº 247/DA/2019, de autoria do Poder Executivo. Leitura, única discussão e votação dos Requerimentos de nº 1.998 a 2.023/2019. **PALAVRA LIVRE:** Pronunciamentos. **ORDEM DO DIA:** 2ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Nº 116/2018. 2ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Legislativo Nº 183, 185 e 192/2018. 1ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Nº 151 e 152/2019. **USO DA PALAVRA – EXPLICAÇÃO PESSOAL:** Pronunciamentos. Encerramento.

Aos 10 (dez) dias do mês de abril de 2019 (dois mil e dezenove), no Município de Arujá, do Estado de São Paulo, em seu plenário localizado na Rua Rodrigues Alves nº 51, realizou a Câmara Municipal de Arujá a 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA de sua 14ª (DÉCIMA QUARTA) Legislatura, sob a presidência do Vereador REYNALDO GREGÓRIO JÚNIOR, secretariado pelos vereadores: RAFAEL SANTOS LARANJEIRA, Primeiro Secretário, e CRISTIANE ARAÚJO PEDRO, Segundo Secretário. Consultado o livro de comparecimento, constatou-se a presença, além dos já acima nomeados, dos vereadores: ABEL FRANCO LARINI, ANA CRISTINA POLI, EDIMAR DO ROSÁRIO, EDVAL BARBOSA PAZ, EDVALDO DE OLIVEIRA PAULA, GABRIEL DOS SANTOS, LUIZ FERNANDO ALVES DE ALMEIDA, MARCELO JOSÉ DE OLIVEIRA, PAULO HENRIQUE MAIOLINO, RENATO BISPO CAROBA, ROGÉRIO GONÇALVES PEREIRA E SEBASTIÃO VIEIRA DE LIRA. Havendo número regimental, declarou o SENHOR PRESIDENTE, às 14h13min (catorze horas e treze minutos) abertos os trabalhos da presente sessão. **EXPEDIENTE: Aprovação da Ata da 90ª Sessão Ordinária - 14ª Legislatura.** Em votação, foi aprovada pela maioria presente. **Leitura das correspondências: Correspondência Recebida Nº 93/2019 - Ofício 240/DA/2019 - Poder Executivo - Encaminha balancete da receita e balancete analítico da despesa, referentes ao mês de março de 2019. Correspondência Recebida Nº 94/2019 - Ofício 233/DA/2019 - Poder**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

Executivo - Encaminha respostas aos Requerimentos de nº 1.882 a 1.911/2019 e 1.912 a 1.920/2019. **Correspondência Recebida Nº 95/2019 - Ofício 243/DA/2019 - Poder Executivo** - Encaminha resposta/complemento ao requerimento de nº 1.788/2019. **Correspondência Recebida Nº 97/2019 - Ofício 247/DA/2019 - Poder Executivo** - Encaminha respostas aos Requerimentos de nº 1.921 a 1.939/2019 e 1.942 a 1.951/2019. **Correspondência Recebida Nº 98/2019 - Parecer 24/2019 - Comissão de Finanças e Orçamento/2019** - Balancete da receita e despesas da Mesa da Câmara, referentes ao mês de janeiro de 2019. O PRESIDENTE comunicou a seus pares que a permanência na sessão deveria dar-se até o término da Ordem do Dia. O PRESIDENTE disse que aquilo deveria estar bem claro porque, de uma outra forma, caracterizaria que o vereador estava faltoso, apesar de estar presente em parte da Sessão Ordinária. **Leitura do Projeto de Lei Legislativo Nº 201/2019** - Disciplina o transporte de animais domésticos no sistema de transporte coletivo urbano de passageiros de Arujá – Autoria: Cristiane Araújo Pedro. **Leitura do Projeto de Lei Legislativo Nº 202/2019** - Dispõe sobre a denominação do Cemitério Municipal I como "Cemitério Rincão das Águas", em Arujá – SP – Autoria: Reynaldo Gregório Júnior. **Única votação do encaminhamento das Indicações de nº 3.581 a 3.638/2019.** Em votação, foi aprovado pela maioria presente. **Leitura, única discussão e votação da solicitação de prorrogação de prazo para resposta ao Requerimento nº 1.925/2019, de autoria do vereador Edimar do Rosário, enviada através do Ofício nº 247/DA/2019, de autoria do Poder Executivo.** Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovado com 11 (onze) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 01 (um) abstenção. **Leitura, única discussão e votação dos Requerimentos de nº 1.998 a 2.023/2019.** Requerimentos n.º 1.998 a 2.001/19, de autoria da vereadora Ana Cristina Poli. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foram aprovados pela maioria presente. Requerimentos n.º 2.002 a 2.006/19, de autoria da vereadora Cristiane Araújo Pedro. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foram aprovados pela maioria presente. Requerimentos nº 2.007 a 2.009/19, de autoria do vereador Edimar do Rosário. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foram aprovados pela maioria presente. Requerimento nº 2.010/19, de autoria do vereador Edval Barbosa Paz. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento 2.011/19, de autoria do vereador Luiz Fernando Alves de Almeida. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovado pela maioria presente. Requerimento nº 2.012/19, de autoria do vereador Marcelo José de Oliveira. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foram aprovados pela maioria presente. Requerimentos nº 2.013 a 2.015/19, de autoria do vereador Rafael Santos Laranjeira. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foram aprovados pela maioria presente. Requerimento nº 2.016/19, de autoria do vereador Renato Bispo Caroba. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovado pela maioria presente. Requerimentos nº 2.017 e 2.018/19, de autoria do vereador Reynaldo Gregório Júnior. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foram aprovados pela maioria presente. Requerimentos nº 2.019 a 2.023/19, de autoria do vereador Sebastião Vieira de Lira. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

foram aprovados pela maioria presente. **PALAVRA LIVRE:** O vereador RAFAEL SANTOS LARANJEIRA agradeceu a Maria e sua revista por proporcionarem a festa Destaque na cidade e disse que era um momento onde se podia ver pessoas que acreditavam no município. O vereador também parabenizou os ganhadores do prêmio Destaque e disse que eram grandes pessoas que faziam Arujá cada vez mais forte, que investiam na cidade e que atuavam a muito tempo prestando um excelente serviço. O vereador disse que quem era do ramo sabia como era difícil empreender no Brasil e na cidade por conta da burocracia. O vereador disse que, no sábado, foram realizadas algumas operações de limpeza e de tapa buraco no Parque Rodrigo Barreto, bem como em outros lugares da cidade como Jardim Real e Arujamérica. O vereador disse que gostaria de dar destaque ao Parque Rodrigo Barreto pois havia muito tempo que estavam sem aquela limpeza e coleta de materiais inservíveis. O vereador disse que fora feito requerimento sobre a questão dos ônibus e que não era só a Unidade Básica de Saúde (UBS) Pilar que estava sofrendo com questões referente a ônibus e citou o novo Pronto Atendimento do Barreto, pois foram retirados veículos que passavam em frente a unidade. O vereador disse que aquilo dificultava para aqueles que tinham alguma dificuldade de locomoção, que seria importantíssimo que a prefeitura fizesse a baixa de estacionamento e que cobraria aquilo. O vereador disse que a reunião da Saúde, que ocorrera no dia anterior, fora proveitosa e que saíram da mesma esperançosos em resolver a questão da emissão da certidão de nascimento direto na maternidade. O vereador disse que também fora discutido algumas melhorias nas questões de receitas para que não houvesse entraves onde a pessoa precisava de receita a cada 02 (dois) meses, e não ter a consulta agendada. Em seguida, o vereador SEBASTIÃO VIEIRA DE LIRA disse que gostaria de justificar sua ausência na reunião da Saúde, ocorrida no dia anterior, pois estava concluindo o curso de Direito e estava tendo vários estágios em vários dias e por aquela razão não pudera participar. O vereador disse que ficava envergonhado quando o munícipe ligava no gabinete e generalizava uma situação. O vereador disse que tinha em mãos o nome do senhor Valdemar Basiliano, de 81 (oitenta e um) anos, que estava precisando entregar uma guia para avaliação de um exame para um ortopedista e, segundo lhe fora passado, o retorno ficaria para o mês de junho. O vereador disse que se inaugurara o Centro de Especialidades Médicas, mas que ainda se deparavam com situações corriqueiras, o que causava um desespero na população e no vereador que fora acionado. O vereador disse que a Secretaria de Saúde tinha que fazer um planejamento para que outros pacientes não passassem por aquela situação. O vereador disse que era viável que o município desse o pontapé inicial para corrigir aqueles erros. O vereador falou sobre as limpezas, disse que a Rua 11 era um lixão a céu aberto, que a prefeitura limpou e que faltava compreensão da população para que não jogasse mais entulho e sujeira. O vereador disse que se a prefeitura não desse ênfase em educar o cidadão, a culpa não era só dele. O vereador disse que havia reclamações de bairros que não estavam sendo atendidas, como na região do Pedra Fala, onde o lixo não estava sendo recolhido. O vereador disse que valia salientar que se tinha um dos maiores repasses de contratos no município que era a coleta de lixo. Em seguida, o vereador LUIZ FERNANDO ALVES DE ALMEIDA disse que utilizaria



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

seu tempo para fazer uma homenagem à vereadora Ana Cristina Poli pelo trabalho brilhante que a mesma realizara com a Primeira Semana do Autismo. O vereador disse que a vereadora honrara a Câmara, os palestrantes que ali estiveram e que mais que palavras, aquilo era um gesto de demonstração de carinho para com a vereadora. O vereador disse que se via disputas no ambiente político, que as mesmas eram sadias, que deveriam acontecer no campo das ideias e que se tinha que honrar quem abrilhantava a Câmara. O vereador disse que também fora comentado sobre a lei e o recurso que o vereador Paraíba destinara, o que demonstrava ações do Legislativo. O vereador disse que quando tivesse que ir a tribuna falar sobre um projeto do qual não era a favor, assim o faria, mas que quando tivesse que ir à tribuna reconhecer o trabalho de um colega, também faria. Em seguida, a vereadora CRISTIANE ARAÚJO PEDRO disse que, na semana anterior, fizera a ação “Todos Contra Dengue em Arujá”, na qual se entregara mais de 10.000 (dez mil) sementinhas da crotalária em 30 (trinta minutos) frente à Rodoviária. A vereadora disse que tivera alguns questionamentos de pessoas que seriam pré-candidatas a prefeito ou vereador dizendo que aquela ação era por conta da aproximação da campanha e que, em 2017 (dois mil e dezessete), quando a Câmara aprovara o projeto de lei do repelente natural, fora entregue mudas de citronela no dia do Meio Ambiente. A vereadora disse que, em 2018 (dois mil e dezoito) foram entregues mudas de citronela e sementes de crotalária na Caminhada da Primavera e que em 2020 (dois mil e vinte) entregaria novamente. A vereadora disse que o trabalho do vereador era fazer o projeto e fazer com que o mesmo andasse e que fora isso que fizera. A vereadora disse que estava sendo cobrada desde o dia 30 (trinta) de abril pelos pais de crianças de creche, que diziam que estava ocorrendo rodízio de aula. A vereadora disse que todos os dias falava com a Secretaria e com os representantes da secretária, que alegam que aquilo não era verdade. A vereadora disse que os pais que tinham seus filhos nas creches estavam sofrendo e que a Comissão de Educação tinha que fazer alguma coisa. A vereadora convidou os vereadores Luiz Fernando e Rogério para que se juntassem a ela e à Ana Poli, pois dissera ao Jurídico da prefeitura que, caso algumas medidas não fossem tomadas, se entraria com um processo administrativo no Ministério Público. A vereadora perguntou onde estariam as estagiárias que seriam contratadas, disse que as professoras de creche estavam cuidando de várias crianças e que as diretoras tinham que fazer rodízio de aula. A vereadora disse que se aprovara uma lei de autoria do vereador Rogério de convênio com as creches e que se a prefeitura não podia manter as crianças dentro das creches municipais, que pagassem a creche particular. A vereadora disse que os pais e mães estavam sendo punidos por uma administração que não conseguira se encaixar e que se precisava resolver aquilo. A vereadora disse que, como presidente da Comissão de Educação, estava convocando uma reunião para o dia seguinte, para que se pudesse tomar as devidas providências. Em seguida, a vereadora ANA CRISTINA POLI disse que nunca tivera uma emoção durante uma sessão de Câmara como aquela e que estava muito feliz pela homenagem e por ter realizado aquela semana. A vereadora disse que o evento fora produtivo, que se estava precisando de trabalhos em prol do autista e que estava alarmante as pesquisas na área da Saúde sobre o número de crianças que nasciam com autismo. A



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

vereadora disse que a questão requeria equipes multidisciplinares porque se precisava eliminar o preconceito, a discriminação e oferecer um atendimento de qualidade, para que pudessem ser incluídos e ter oportunidades no mercado de trabalho, no sentido de levar uma vida comum. A vereadora agradeceu aos pares pelo apoio dado naquele projeto, ao presidente, às equipes da prefeitura, à APAE, às escolas particulares, à Diretoria de Ensino de Jacareí e todos que colaboraram. A vereadora disse que as políticas públicas seriam encaminhadas e que, com urgência, se poderia fazer uma emenda impositiva e aumentar o valor da APAE para que pudesse ser contratado mais especialista da área e que veria aquela possibilidade desde a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A vereadora disse que encaminhara uma indicação, que pesquisara alguns brinquedos infantis para parques, uma vez que aquele público, assim como os cadeirantes e outras pessoas portadoras de deficiência, não tinham muito apoio no sentido de brinquedos. A vereadora disse que gostaria de fazer um comentário sobre a Viação Arujá, no sentido de ampliar e criar uma nova linha, circulando pelo bairro Vila Pilar, para que funcionários e pacientes que para lá se dirigissem pudessem ter um pouco de conforto. Em seguida, o vereador RENATO BISPO CAROBA parabenizou a vereadora Ana Poli pelo trabalho desenvolvido e disse que não estava em condições de participar por conta da recuperação da cirurgia. O vereador disse que gostaria de fazer um relato sobre os últimos acontecimentos no Brasil e que era importante parar para refletir um pouco sobre o país. O vereador disse que, uns dias atrás, um jovem de 19 (dezenove) anos fora assassinado com um tiro nas costas, pelo Exército no Rio de Janeiro e que, logo em seguida, um músico de 46 (quarenta e seis) anos levara 80 (oitenta) tiros, também pelo Exército. O vereador disse que em Rondônia, um homem branco, no semáforo chamara um imigrante colombiano negro e perguntara se o mesmo aceitaria um marmite, o qual respondera que sim, sendo que o homem a oferecera com cacos de vidro. O vereador disse que, um jornalista da Globo, que fizera uma reportagem sobre os 80 (oitenta) tiros dados pelo Exército, fora ameaçado de morte, assim como sua família, pelo twitter. O vereador disse que, na Avenida Paulista, 03 (três) homens brancos imobilizaram, com uma gravata, uma mulher que fazia uma manifestação antifascista, fato este que fora observado pela Polícia Militar, que nada fizera. O vereador disse que a bisneta do ex-presidente Lula, de 02 (dois) anos, fora maltratada por uma médica só por seu parentesco com Lula. O vereador disse que aquela gente era como barata que saía do esgoto e que o que autorizava àquelas pessoas fazerem aquilo era a sensação de autorização dada pelo novo governo. O vereador disse que não havia um posicionamento ou ações que se percebessem que combateria ações daquele tipo, pelo contrário, a sensação era de autorização. O vereador disse que as pessoas esperavam que se comentassem algo sobre a cidade, mas que aquilo não podia passar despercebido, pois parecia que eram fatos distantes, mas não eram. O vereador disse que eram seres humanos que tinham o direito de manifestar-se e de ir e vir e afirmou que havia uma inversão de valores e uma liberdade de ódio. O vereador disse que manifestava sua indignação com os fatos relatados. Em seguida, o vereador GABRIEL DOS SANTOS disse que comunicava o falecimento do Pastor Francisco Trindade, que fora sepultado na manhã daquele dia e que era um homem que marcara a história de Arujá.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

O vereador disse que se tinha a canalização do córrego Caputera, na Avenida Ângelo Anunciato, que estava parada há muito tempo, e que gostaria de cobrar aquilo da prefeitura. O vereador disse que um munícipe o procurara cobrando sobre a paralisação do Conselho da Cidade e que havia algum tempo que o mesmo estava parado. O vereador disse que o Conselho da Cidade era fundamental para a elaboração de políticas públicas e que do mesmo podiam sair ideias muito interessantes e importantes para a aplicabilidade no dia a dia da cidade. O vereador disse que havia uma exigência do Ministério das Cidades, que o mesmo tinha que funcionar e deixou aquele alerta ao governo. O vereador disse que gostaria de parabenizar a equipe da revista Destaque, que presenteara a cidade com uma festa e afirmou que era muito fácil criticar e que era difícil fazer. O vereador disse que estava pedindo a algum tempo para que fosse feita a sessão solene do vereador mirim, que, naquela semana, o governo federal fora taxativo em dizer que queria afastar as crianças da política e que ele, pelo contrário, achava que deveria trazer. O vereador disse que o projeto já estava na Câmara e pediu ao presidente que fizesse um ofício para as escolas e que convidasse a Secretaria da Educação para formular o projeto vereador mirim. O vereador disse que se tivera uma reunião na prefeitura, que junto ao secretário Doutor Pinhel, estavam trabalhando na questão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de divisa, que algumas pessoas acreditavam ser irrelevante, mas que o montante era prejudicial a cidade, pois uma parcela significativa da população estava em área de litígio. O vereador pediu ao presidente que reconvocasse a Elektro pois tinha que ter uma justificativa para o não atendimento à Câmara. O vereador parabenizou a vereadora Cristiane pela ação contra a dengue. O vereador disse que aqueles que estavam na política eram vítimas de alguns ataques, críticas construtivas e que tinham que fazer sua parte. Em seguida, o vereador ROGÉRIO GONÇALVES PEREIRA parabenizou as mulheres da Câmara pelo trabalho que vinham executando, e a Maria da revista Destaque pelo evento maravilhoso. O vereador disse que gostaria de tranquilizar a população de Arujá a respeito da gratuidade dos ônibus, a partir dos 60 (sessenta) anos. O vereador disse que fora falado que se estava correndo atrás daquilo, que a empresa entrara com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para que os aposentados voltassem a pagar passagem, o que atingiria cerca de 9.000 (nove mil) aposentados. O vereador disse que, no dia anterior, estivera com Doutor Pinhel, que era o secretário Jurídico da prefeitura, e disse que o mesmo dissera que até o dia seguinte enviaria o projeto para sanar o vício e não correr o risco de os aposentados perderem aquele direito. O vereador agradeceu ao prefeito José Luiz e ao Leandro, que intervira, e ao Pinhel. O vereador pediu ao presidente que, assim que o projeto chegasse à Câmara, que fosse colocado em tramitação em urgência para que não se corresse o risco de os aposentados perderem aquele direito. Sobre o rodízio de crianças em creches, o vereador disse que era muito triste, que na creche Márcia Poli algumas crianças iam nos dias pares e outras nos dias ímpares. O vereador disse que ouviram a Secretária de Educação dizer que fazia o planejamento, que era para 250 (duzentos e cinquenta) estagiários, que a prefeitura liberara 190 (cento e noventa), sendo que só foram contratados 150 (cento e cinquenta). O vereador perguntou como as contas fechariam e qual era aquele planejamento. O vereador disse que recebera



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

uma mãe, que seu filho tinha laudo, entretanto não havia uma professora a mais ou estagiário para acompanhar. O vereador disse que aquilo era ruim para a criança e para os outros alunos que não conseguiam aprender junto. O vereador disse que eles não conseguiam fazer uma lei deles mesmos ser cumprida, que a Lei nº 3049 de 31 (trinta e um) de agosto de 2018 (dois mil e dezoito), que obrigava a Secretaria de Educação a prestar contas para onde estava indo o dinheiro. O vereador disse que, a cada 04 (quatro) meses tinha que se prestar conta para o Poder Legislativo, porque se gastava R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais), sendo que não se tinha escola, professores ou estagiários. O vereador disse que fora marcada uma Audiência Pública para a prefeitura no dia seguinte, às 10h (dez horas), mas não informaram a Câmara ou os vereadores, sendo que ficaram sabendo por meio de um jornal. O vereador disse que aquela Audiência Pública seria realizada às 10h (dez horas) para que a população não pudesse ir, que mandara um ofício solicitando que a Audiência fosse marcada para após as 17h (dezesete horas), para que a população que trabalhava também pudesse reivindicar seus direitos. O vereador disse que estava enviando um ofício, que podiam fazer uma Audiência Pública no horário que quisessem na prefeitura, mas que essa não valeria para cumprimento da lei, que deveria ser na Câmara e que deveriam informar data e horário. O vereador disse que o único ponto negativo da Saúde, naquela semana, fora a UBS, pois passara lá e onde era o Centro de Especialidades, antigo Centro de Saúde 2, e que não havia nenhuma placa informando que fora mudado de local. O vereador disse que, todos os dias, havia pessoas esperando para ser atendido, marcar uma consulta, o que era uma vergonha. O vereador disse que comentara aquilo com a secretária e que a mesma dissera que estavam se ajustando e que na próxima semana sanaria aquilo. Em seguida, o vereador PAULO HENRIQUE MAIOLINO algumas mães mandaram mensagem informando uma triste realidade, pois as mesmas estavam tentando se organizar para fazer um rateio para comprar telha para a unidade EMEIA I, já que a prefeitura não fazia o serviço que tinha que fazer. O vereador perguntou sobre o cronograma das manutenções, disse que a Comissão de Educação fazia um trabalho brilhante, mas que quem tinha que executar era o Executivo. O vereador pediu à secretária de Educação que fizesse aquela correção e que aquilo era uma vergonha. O vereador disse que aquilo era apenas um exemplo de uma creche que ficava no centro da cidade e que nem se fosse em um bairro afastado era motivo para se tomar uma ação. O vereador pediu ao prefeito para que o mesmo tomasse alguma providência, uma vez que o orçamento da Educação era o maior da cidade. O vereador disse que gostaria de parabenizar a vereadora Cristiane pela ação na cidade, a vereadora Ana Poli pela Semana do Autismo e a equipe da revista Destaque. O vereador disse que gostaria de convidar todos arujaenses pois estavam negociando com a Associação de Medula Óssea, que estaria na cidade ainda naquele ano, com local a definir. O vereador disse que a ação seria para captação de banco de sangue para doadores de medula óssea e que tivera um projeto aprovado para incentivar o município na doação de medula. O vereador disse que, muitas vezes, se criava projetos, mas de nada resolvia se não fizesse acontecer. O PRESIDENTE disse que, nos termos do artigo 103, gostaria de solicitar o registro de presença, sendo verificada presença da totalidade dos vereadores.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

ORDEM DO DIA: 2ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Nº 116/2018 - Regulamenta o art. 67 da Lei Complementar nº 007 de 28 de setembro de 2007, acerca da compensação dos créditos tributários e não tributários e dá outras providências – Poder Executivo. Em discussão, foi aprovada com 10 (dez) votos favoráveis, 03 (três) votos contrários e 02 (duas) abstenções. **2ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Legislativo Nº 183/2018** - Disciplina a colocação de propagandas mediante fixação de panfletos, folders, folhetos e qualquer tipo de material impresso publicitário – Autoria: Edval Barbosa Paz. O vereador ROGÉRIO GONÇALVES PEREIRA levantou questão de ordem, disse que aquele projeto estava entrando em votação pela terceira vez. O vereador disse que, na semana anterior, votaram em primeira, o presidente podia pedir recontagem dos votos e analisar segundo o Regimento Interno, que de uma forma errônea, o presidente iniciara uma segunda votação do mesmo projeto, o qual já teria sido votado e que se ausentara do plenário porque não concordava. O vereador perguntou qual seria o resultado que tinha que dar para aquele projeto, para que não perdesse seu tempo e perguntou se caso desse o resultado que alguém não esperava se voltaria a votação outra vez. O PRESIDENTE pediu desculpas a todos, disse que não tomara o cuidado de pedir a verificação de presença como tinha que ser, que naquela oportunidade se verificara que havia vereadores que constavam como presentes no painel, mas não estava presente em plenário. O PRESIDENTE disse que achara melhor voltar a votação, que colocara a disposição a verificação de presença, e que o projeto fora votado em 1ª discussão e votação. Em seguida, o vereador SEBASTIÃO VIEIRA DE LIRA disse que estava atendendo em seu gabinete, e que, analisando o feito que fora construído na sessão anterior, disse que concordava com o vereador Rogério. O vereador disse que a justificativa dada pela presidência não era plausível, já que nenhum presidente nunca pedira que fosse colocado a lista de presença, conforme o artigo 103. O vereador disse que não só o vereador Rogério, mas que os outros vereadores também deveriam ter saído do plenário, o que impediria que o projeto fosse votado. O vereador disse que quando um vereador tinha um projeto reprovado, o mesmo só poderia apresentar o projeto novamente no ano subsequente. Em discussão, o vereador RAFAEL SANTOS LARANJEIRA disse que, assim como o projeto do Poder Executivo sobre as adegas, que fora rejeitado em primeira votação, se o entendimento da Mesa fosse voltar as votações, teriam que voltar com todas, com verificação de presença, daquele dia. O vereador disse que se voltava a votação de um projeto e não voltava a votação de outro, não se estava partindo do princípio da isonomia. O vereador disse que o presidente declarara de forma correta que o projeto ficara prejudicado, que a nova votação não deveria ter sido feita e que por isso se ausentara do plenário, assim como o vereador Rogério. O vereador disse que mantinha sua posição contrária ao projeto e salientou que já existia uma lei que punia o descarte de qualquer tipo de material inservíveis na cidade. O vereador pediu a seus pares que rejeitassem a matéria, a qual prejudicaria os cidadãos. Em seguida, o vereador ROGÉRIO GONÇALVES PEREIRA disse que o presidente deveria rever seu ponto de vista de colocar o projeto, que tinha que recontar os votos, os quais o próprio declarara. O vereador salientou a fala do vereador Rafael e disse que todos os projetos da semana anterior foram



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

prejudicados. O vereador disse que todo vereador que declarara presença contava como voto, sendo que os ausentes seriam votos de abstenção. O vereador disse que era contrário ao projeto pois acreditava que se tinha que aumentar o número de empregos e fomentar aquele tipo de serviço. O vereador disse que ,se aquele projeto fosse votado pela terceira vez, a Câmara cairia em um descrédito e que se negava a votar. Em seguida, o vereador EDVAL BARBOSA PAZ disse que nem precisaria que algum par fosse à prefeitura mencionar aquele projeto para que o mesmo fosse desconsiderado, e declarou que não fizera para ele, mas pela população. O vereador disse que ninguém fazia nada sozinho, assim como também ninguém derrubava nada sozinho. O vereador disse que esperava que o projeto não voltasse plagiado, sobretudo por aqueles que estavam falando. O vereador disse que se seus pares não quisessem aprovar, não tinha problema, mas que o presidente tinha sua autonomia e o Regimento. Em seguida, o vereador EDIMAR DO ROSÁRIO disse que, em semanas anteriores, um requerimento de autoria do vereador Paraíba fora rejeitado, mas que o mesmo o havia cumprimentado, diferente do autor daquele projeto que chamara o vereador de “pastor porco”. O vereador disse que se o projeto de um vereador não era aprovado, que não ficaria o mandato inteiro sem conversar, pois, respeitava. O vereador disse que não votaria, mas não por causa pessoal, e que aquilo era um trabalho. Em seguida, o vereador EDVALDO DE OLIVEIRA PAULA disse que, na semana anterior, foram 07 (sete) votos favoráveis, 06 (seis) contrários, porém constava 15 (quinze) vereadores presentes e que fora levantada a dúvida sobre a quantidade de votos necessária para aprovação da matéria. O vereador disse que o presidente declarara que a matéria ficava rejeitada pelo plenário e que a votação fora retomada na tentativa de corrigir possíveis erros sem observar se de fato havia ocorrido algum erro. Sobre a matéria, o vereador disse que votara favoravelmente, que fizera emendas corrigindo algumas partes que entendera que não seriam exequíveis e que podia garantir que o projeto não proibia a distribuição de material. O vereador disse que, tendo a oportunidade, votaria favorável novamente. Em seguida, o vereador RENATO BISPO CAROBA disse que alertara, na semana anterior, que o presidente deveria ter corrigido apenas a declaração do resultado. O vereador disse que o presidente havia acertado na declaração do voto, pois havia declarado que a matéria havia sido prejudicada. O vereador disse que se absteria da votação, pois não havia aplicabilidade e que votara favorável pela iniciativa do vereador em apresentar as emendas, mas disse que as emendas não proibiam que os panfletos fossem colocados no portão, sendo que apenas permitia que fossem colocados nas caixas. Em seguida, o vereador PAULO HENRIQUE MAIOLINO disse que, em respeito ao meio ambiente iria se abster do voto. Em seguida, o vereador SEBASTIÃO VIEIRA DE LIRA disse que sua presença na sessão da semana anterior estava registrada e que nenhum vereador era obrigado a estar em plenário para votar, uma vez que não existia regramento. O vereador disse que a condução da votação estava equivocada e que votava de acordo com seu entendimento. O vereador disse que não fugira da votação e que gostava de votar, principalmente quando havia impacto. Em seguida, o vereador MARCELO JOSÉ DE OLIVEIRA disse que, na primeira discussão e votação do projeto votara favorável, que o vereador Castelo Alemão fizera algumas



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

modificações no projeto e que era preciso deixar claro que o projeto não visava proibir a atividade. O vereador disse que não via óbice e que votaria com tranquilidade naquele projeto. O PRESIDENTE solicitou a verificação de presença nos termos do artigo 103, verificou a presença de 14 (catorze) vereadores e a ausência da vereadora Cristiane Araújo Pedro. Em votação, o projeto foi rejeitado com 06 (seis) votos favoráveis, 03 (três) votos contrários e 03 (três) abstenções. **2ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Legislativo Nº 185/2018** - Institui o “Programa Educação Antidrogas”, nas escolas de rede pública de ensino municipal e dá outras providências – Autoria: Marcelo José de Oliveira. O PRESIDENTE solicitou a verificação de presença, constatou 13 (treze) vereadores presentes e ausência dos vereadores Cristiane Araújo Pedro e Edimar do Rosário. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovado pela maioria presente. O vereador RENATO BISPO CAROBA disse que o presidente tinha a prerrogativa de fazer as verificações de presença no momento que bem entendesse e que o Regimento dizia que qualquer vereador poderia pedir verificação de presença. O vereador disse que se se fizesse verificação de presença a cada projeto, ficaria maçante demais. O vereador disse que, se algum dos pares imaginasse que um projeto poderia ser prejudicado pela falta de vereadores em plenário, poderia ser solicitado a verificação de presença, não sendo necessária repeti-la a todo momento. O PRESIDENTE solicitou nova verificação de presença e observou 14 (catorze) vereadores presentes e ausência em plenário do vereador Sebastião Vieira de Lira. **2ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Legislativo Nº 192/2019** - Cria o banco municipal de materiais ortopédicos no município de Arujá – Autoria: Marcelo José de Oliveira. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovado pela maioria presente. **1ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Nº 151/2019** - Dispõe sobre a alteração na lei nº 2.979 de 27 de dezembro de 2017 – Autoria: Poder Executivo. Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovado pela maioria presente. **1ª Discussão e Votação do Projeto de Lei Nº 152/2019** - Dispõe sobre a criação do cargo de ouvidor geral do município e suas unidades afetas, conforme a lei Nº 2.932/2017 – Autoria: Poder Executivo. Em discussão, o vereador EDIMAR DO ROSÁRIO disse que gostaria de parabenizar o vereador Luiz Fernando, disse que estava acompanhando o projeto do Executivo e conseguira enxergar uma irregularidade. Em seguida, o vereador RENATO BISPO CAROBA disse que aquele projeto criava o cargo de ouvidor e salientou que a Câmara já aprovara, por iniciativa do vereador Luiz Fernando a Ouvidoria. O vereador disse que o vereador Luiz Fenando fizera uma emenda mudando a exigência de escolaridade para o cargo de ouvidor, de Ensino Médio para Curso Superior. O vereador disse que aquela emenda não resolvia os outros problemas do projeto pois Ouvidor tinha o status de Secretário, já que o mesmo não respondia a alguém além do prefeito. O vereador disse que o prefeito tentava equiparar o Ouvidor ao Diretor de Departamento, o que era um erro, pois dizia que os cargos tinham as mesmas condições, sendo que o diretor tinha um responsável hierárquico. O vereador disse que o governo acertava quando, no artigo 9º, estabelecia referência 10, mas que era um absurdo que se equiparasse pela referência. O vereador leu o artigo 4º, que criava o cargo de assistente técnico, disse que esse já existia e perguntou se se estava criando ou ampliando.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

O vereador disse que votaria contrário e que estava cansado de tentar consertar os projetos do Poder Executivo. Em seguida, o vereador EDVALDO DE OLIVEIRA PAULA parabenizou o vereador Luiz Fernando e o governo por colocar alguém para investigar os desmandos principalmente de funcionário concursado que abusavam da estabilidade. O vereador disse que se fosse necessário reduzir o número de vereadores para a criação do cargo de ouvidor votaria favorável pois aquele cargo era muito importante. O vereador disse que o serviço público tinha que ser para o povo e que, infelizmente, não estava sendo. Em seguida, o vereador LUIZ FERNANDO ALVES DE ALMEIDA disse que concordava em partes com o que fora dito pelo vereador Renato Caroba, pois não se tratava da criação do cargo de referência 6. O vereador disse que votaria pela aprovação e que pediria aos colegas que fizessem o mesmo pois ainda se estava na 1ª votação. O vereador disse que havia o erro, mas que era possível fazer a correção para que o projeto prosseguisse, pois todos sabiam da importância da Ouvidoria no município, que vinha em uma linha democrática, para dar voz a população. O vereador disse que era lamentável deparar-se com vários erros que vinham do Poder Executivo, que o assunto era relevante e que deveriam aprová-lo, ainda que por Comissões, fizessem retificações. Em seguida, o vereador ROGÉRIO GONÇALVES PEREIRA disse que entendia a frustração, que em anos anteriores os projetos da prefeitura vinham e eram refeitos para que não voltassem. O vereador disse que chamaria a responsabilidade para a Comissão de Justiça e Redação, que votaria favorável e que fariam as emendas. Em seguida, a vereadora ANA CRISTINA POLI disse que avaliava como muito importantes as avaliações feitas pelo vereador Renato Caroba, porém, como se tratava da primeira discussão e votação, se tinha condições de fazer as emendas necessárias para que aquele projeto se tornasse exequível. A vereadora parabenizou o vereador Luiz Fernando, que fora autor do projeto da Ouvidoria, e da emenda, que ainda não fora colocada naquela sessão e que se referia a escolaridade. Em seguida, o vereador RAFAEL SANTOS LARANJEIRA disse que, em conversa com o presidente, chegara à conclusão de que aquele cargo precisava de autonomia, o que elevaria ao cargo de secretário, entretanto, aquilo geraria impacto financeiro, além de precisar ver a questão da carga horária, pois era necessário equiparar. O vereador disse que via que aquilo poderia ser resolvido por emenda e que o vereador Luiz Fernando podia contar com ele. Em seguida, o vereador GABRIEL DOS SANTOS disse que concordava com os apontamentos feitos pelo vereador Renato Caroba, que não gostaria de rebater a fala do vereador Castelo, mas afirmou que não eram todos os funcionários concursados que eram inservíveis e que havia pessoas boas na categoria. O vereador disse que gostaria de deixar sua fala em defesa do funcionalismo público, que trabalhava e era dedicado. O vereador disse que votaria favorável ao projeto e que não dava para comparar todos os funcionários públicos negativamente. Em seguida, o vereador EDVALDO DE OLIVEIRA PAULA levantou questão de ordem e disse que não generalizara. O PRESIDENTE solicitou verificação de presença e constatou 15 (quinze) vereadores presentes. Em votação, foi aprovado com 14 (catorze) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário. O PRESIDENTE ressaltou que, naquele dia, às 18h (dezoito horas) ocorreria uma palestra sobre a Lei 11.888 de Assistência Técnica para a



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

Construção, a Lei do Contorno. **USO DA PALAVRA – EXPLICAÇÃO PESSOAL:** O vereador RAFAEL SANTOS LARANJEIRA disse que a Câmara fora muito assertiva quando reprovaram o projeto das adegas. O vereador disse que, por estranheza, após a reprovação pela Câmara, no final de semana, ocorreria uma onda a qual só fiscalizava adegas. O vereador disse que não conseguiram aprovar um projeto, que prejudicava os trabalhadores daquele ramo, e que não foram fiscalizados bares, mercados, conveniências, o que prejudicava o princípio da isonomia. O vereador disse que se tinha que ter responsabilidade ao administrar uma cidade e que era necessário cuidar do bem público. O vereador disse que houvera uma operação assertiva da Polícia Militar em Guararema, que evitara um roubo, que houvera medalhas e comemorações, mas que também houvera o fuzilamento de um cidadão sem a mesma repercussão na mídia. O vereador disse que se estava vivendo a cultura de buscar apenas o que interessava e que aquilo era perigoso. Sobre a Saúde, o vereador disse que um funcionário que acompanhava a secretária fizera uma denúncia muito grave em reunião ao dizer que, devido a alguns estarem vendendo medicamentos, toda população que utilizava o sistema ficava prejudicada. O vereador disse que não se podia punir toda a população por conta de malfeitores e que aquilo tinha que ser revisto. O vereador disse que ficara muito grato por ter resolvido os problemas da população na região das ruas 63, 70 e 48 e que a Secretaria de Obras e Serviços estivera junto a ele. Ademais, o vereador disse que as emendas impositivas vieram em hora importante. Em seguida, o vereador SEBASTIÃO VIEIRA DE LIRA disse que, quando o vereador Rogério falara que se poderia reverter a questão da Audiência Pública, na legalidade, a prefeitura poderia omitir para os vereadores, não enviando o convite, mas que só de publicar o ato, tornando-o público, juridicamente estavam corretos, embora tentassem enganar os horários para a população não participar. O vereador disse que tinham elementos básicos para derrubar aquela ação que seria feita no dia seguinte às 10h (dez horas) na prefeitura. O vereador disse que fora apresentado um requerimento de sua autoria sobre a convocação de Audiência Pública tratando e convidando o Ministério Público para que tratasse, na Câmara, a questão dos Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados das creches no município. O vereador solicitou que fosse dada publicidade e que fizesse aquela convocação, pois já passara do prazo. O vereador citou os princípios que guiam a Administração Pública e disse que os mesmos não foram observados naquela administração. O vereador disse que estivera no Jardim Cerejeiras, nas adjacências do Jardim Emília e que os moradores estavam cobrando a abertura do Centro de Esportes Unificado (CEU), que estava sendo construído desde 2017 (dois mil e dezessete). O vereador disse que foram gastos mais de R\$ 2.800.000 (dois milhões de reais), que não fora entregue à população e que gostaria de saber quando a população seria contemplada com o complexo esportivo. O vereador disse que já fizera indicação e requerimento a respeito dos animais de grande porte que estavam nos arredores da feira do Mirante e que a Secretaria de Saúde precisava tomar uma providência. Em seguida, o vereador EDVAL BARBOSA PAZ disse que estudou muito para ser professor, que desenvolvia trabalho social havia 24 (vinte e quatro) anos e que estava ali por aquele trabalho. O vereador disse que no Estado desenvolviam projetos de



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

grande porte, se comparados com aqueles, de 02 (duas) páginas. O vereador disse que os mais simples pareciam longe da população, que não tinha acordo com grupo nenhum, que voltaria para a sala de aula e que estudaria mais para ser um professor melhor. O vereador agradeceu àqueles que o acompanharam e aos que fizeram um “cinema”. O vereador disse que o secretário de Esportes o levara para mostrar a construção dos CEUs que estavam quase prontos e mostrou alguns documentos que foram protocolados na prefeitura e entregue aos vereadores. O vereador disse que outro dia fora aprovado um projeto mais simples, que tratava do recolhimento de fezes de animais, que não estava preocupado em ser derrotado, e que já se sentia vencedor em trabalhar para a população. Em seguida, o vereador ROGÉRIO GONÇALVES PEREIRA parabenizou o vereador Edval, disse que não tinha nada contra, e que apenas não concordava com a matéria. Em resposta ao vereador Sebastião, o vereador disse que, quando o poder público dava publicidade no jornal, ficava a cargo da Audiência Pública caso esta fosse da prefeitura, como era o caso da LDO. Porém, naquele caso específico, havia uma lei que obrigava que fosse ao Legislativo, que o mesmo deveria ter sido notificado e que Audiência Pública deveria ter ocorrido na Câmara. O vereador disse que recebera da Secretaria de Educação a informação da Audiência Pública porque deveriam ter ouvido os vereadores falando em plenário. O vereador disse que a notificação estava com a data do dia anterior, para dar 48h (quarenta e oito horas), que não recebera pois solicitaria que fosse feita uma nova Audiência Pública, na Câmara, após as 17h (dezessete horas), para que toda a população pudesse participar. O vereador disse que tivera uma reunião com a secretária Carmem, que também estivera Nino do cartório, e representante da IDGT, que e que ficara acertado que se comunicariam para que, em um futuro próximo, a maternidade pudesse oferecer certidão de nascimento. O vereador comentou sobre a troca de receitas que eram feitas no CAPS, disse que o médico marcava o retorno do paciente para 04 (quatro) meses, mas dava uma receita com validade de apenas 02 (dois) meses, e que toda pessoa que passava no CAPS voltaria antes da consulta marcada. O vereador disse que era uma logística atrapalhada, que Maguila disse que era para garantir que o paciente não tomaria os medicamentos errados, e que poderia ser marcado para 02 (dois) meses. O vereador disse que secretária de Saúde informara que faria uma nova logística para a troca de receita e mencionou a contratação de 02 (dois) psiquiatras para o Centro de Especialidades. Em seguida, a vereadora CRISTIANE ARAÚJO PEDRO disse que entregaram 02 (dois) informes de reuniões que havia solicitado, sendo uma sobre o convênio médico dos funcionários municipais, que seria na segunda-feira, às 14h (catorze horas) na Câmara. A vereadora disse que estariam presentes o Doutor Evilásio e o responsável pela gestão do convênio. A segunda reunião era com a Nova Dutra, para que houvesse a canalização do córrego, por conta da passarela que estava sendo feita no bairro Cachoeira, sendo que não tinha como colocar um ponto de ônibus com o córrego aberto. A vereadora informou que a reunião seria na segunda-feira dia 22 (vinte e dois) às 14h30 (catorze horas e trinta minutos). A vereadora parabenizou a Destaque pela realização da festa que ocorreria no sábado e informou à população que as próximas ações contra dengue estão sendo marcadas. A vereadora agradeceu à secretária de Saúde, disse que a mesma estava



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

ajudando naquelas ações e que Arujá entrara em um nível muito alto dos casos de dengue. A vereadora solicitou que fosse feito o fumacê no córrego da Avenida E no Barreto, já que o local tinha muito pernilongo, e pediu ao secretário de Serviços que fosse feita a limpeza daquele córrego. Em seguida, o vereador EDIMAR DO ROSÁRIO disse que, no ano anterior, reunira um grupo de voluntários fora até o Barreto fazer o trabalho mencionado pela vereadora Cristiane e, por isso, sabia como era difícil. O vereador disse que aquele trabalho procurava trazer um pouco de ajuda, pois no Barreto, estavam ocorrendo epidemias, e que juntaria um grupo de 50 (cinquenta) pessoas para auxiliar. O vereador disse gostaria de parabenizar o professor por seu projeto, que talvez o mesmo não acreditaria em sua sinceridade, e que o plenário era o juiz. O vereador pediu ao secretário de Esportes Souza uma explicação a respeito dos CEUs e que fosse passado um cronograma do que estava sendo feito para que se conseguisse passar à população. Em seguida, o vereador LUIZ FERNANDO ALVES DE ALMEIDA lembrou que no dia 02 (dois) de abril fora feita a inauguração da UBS do Pilar e que aquela obra estava parada desde 2016 (dois mil e dezesseis). O vereador disse que houvera uma convocação, por parte da Câmara, e que no dia 17 (dezessete) de fevereiro, fora formada uma Comissão para fiscalizar a obra. O vereador disse que havia um entrave entre o Poder Executivo e a empresa Beck Baquirivu, sendo que a obra estava parada, causando danos ao erário e à creche municipal, que ficava ao lado. O vereador disse que houvera um trabalho importantíssimo da Câmara para que fosse feita a inauguração da UBS do Pilar, que estava fiscalizando e fazendo suas prestações de contas. Em seguida, a vereadora ANA CRISTINA POLI ressaltou a importância do trabalho do legislativo em união, e disse que a prova daquilo era o trabalho daquela Unidade de Saúde. A vereadora parabenizou a vereadora Cristiane pelo trabalho realizado na distribuição das sementes e a Dona Maria do Jornal da cidade pelo trabalho desempenhado. A vereadora também recordou sobre a Caminhada do Autismo, a ser realizada no dia 13 (treze) às 15h (quinze horas), disse que a mesma era para chamar a atenção e conscientizar sobre uma causa nobre e que contava com a presença de seus pares e do público presente. A vereadora disse que acontecera a Conferência do Idoso e que a mesma era importante. A vereadora disse que recebera a resposta de um requerimento sobre o Conselho Municipal da Mulher, que as reuniões não estavam sendo feitas, e que, por aquela razão, estavam impedidas a realização das Conferências, o que era um prejuízo para o município. A vereadora disse que, no dia seguinte, ocorreria a Conferência Municipal da Saúde de 9h (nove horas) às 13h (treze horas), na Câmara Municipal. A vereadora disse que estavam tentando acertar os pontos na Saúde e que fazia 60 (sessenta) dias que não recebia reclamações do Pronto-Atendimento, sendo que antes as mesmas eram constantes. A vereadora disse que no dia anterior fora ao Pronto-Atendimento e fora bem atendida. A vereadora disse que esperava que fosse construído um fluxo e que fosse passado à população sobre o Centro de Especialidades Médicas, para que a mesma pudesse ter um bom uso. A vereadora disse que também solicitara à Carmem para que fosse colocado o mais rápido possível o psiquiatra infantil, pois as crianças estavam precisando. Em seguida, o vereador RENATO BISPO CAROBA disse que, sobre o que fora discutido sobre o projeto da



CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 92ª (NONAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, DO ESTADO DE SÃO PAULO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019.

criação do cargo de ouvidor, dava a impressão de que o governo não andava porque não tinha ouvidor para ficar no pé dos servidores e que parecia que aquele era o problema da cidade. O vereador disse que a função do servidor era receber as reclamações, sugestões e demandas sobre o serviço público e que era absurdo querer mudar a discussão e desviar o foco da má administração. O vereador disse que o governo ia mal porque o prefeito era ruim e porque o corpo de secretariado fazia uma péssima administração, com algumas exceções. O vereador disse que existiam ótimos e péssimos servidores e que era muito triste querer imputar aos servidores a má administração. O vereador disse que era praxe, no Brasil, a cultura de desviar o foco, de fazer um governo de perseguição e não de proposição de execução de serviços. O vereador mencionou a perseguição que se fazia aos professores quando queriam induzir professor a restituir valor que fora recebido de forma devida. O vereador disse que, o que fazia com que se caísse naquela onda era acreditar que, para se fazer uma boa gestão, a pessoa tinha que ser não política e disse que se estava elegendo pessoas para cargos políticos. O vereador disse que a falta de conhecimento e de capacidade política causava aquelas mazelas, que fora assim no Ministério da Educação, no Ministério de Damares Alves, e que aquilo também acontecia em Arujá. O vereador disse que aquela onda começava nos municípios e estourava no Brasil como um todo. O vereador disse que havia políticos bons e outros ruins, mas que a política era importante e o único meio de transformar a sociedade. O vereador disse que se estava na onda de negar a política, de passar Fake News como se fosse verdade, e que os problemas da população não seriam resolvidos com a criação do cargo de ouvidor, mas quando se tivesse prefeito em Arujá. Em seguida, o vereador PAULO HENRIQUE MAIOLINO disse que tivera projeto de lei aprovado o qual incentivava a caminhada do autismo e convocou a população a participar do evento. O vereador falou sobre a dificuldade em se encontrar atendimentos para psiquiatria, sobretudo para pessoas carentes, sendo que alguns casos tinham que ser encaminhados ao Ministério Público, a fim de garantir o que deveria ser um direito. Sobre o Esporte, o vereador disse que, na semana anterior, fora vistoriar a reforma da quadra poliesportiva, no Mirante, e agradeceu ao Souza pelo empenho. O PRESIDENTE agradeceu a todos pela presença e, não havendo mais assuntos a deliberar, declarou encerrada a presente sessão às 17h09 (dezessete horas e nove minutos). Para constar, eu, CAMILA OLIVEIRA SANTANA _____, Auxiliar Administrativo, lavrei esta ata que conferida pelo Senhor NORBERTO LUIZ ALEGRI _____, Diretor Geral, lida e achada conforme, vai assinada pelo Primeiro Secretário, Vereador RAFAEL SANTOS LARANJEIRA _____, e pelo Senhor Presidente, Vereador REYNALDO GREGÓRIO JÚNIOR _____. ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA, APROVADA EM ____/____/2019. XXX